

Direitos e Responsabilidades para Estudantes Indocumentados nas Escolas de Nova Jersey

Crianças em Nova Jersey têm o direito de frequentar escolas públicas, independentemente de seu status de imigração. Esse direito é baseado na lei federal, na lei estadual e nas diretrizes do Departamento de Educação de Nova Jersey. As escolas têm uma responsabilidade clara em relação à matrícula, privacidade e criação de ambientes seguros.

Fundamentação Jurídica

A decisão da Suprema Corte dos EUA de 1982 no caso **Plyler v. Doe** estabeleceu que crianças indocumentadas não podem ter a educação pública gratuita negada. Em Nova Jersey, o Departamento de Educação reforçou essa decisão, orientando as escolas a solicitarem apenas comprovantes de idade e residência no momento da matrícula de um estudante. Documentos de imigração e números de seguro social não podem ser exigidos.

Matrícula e Registros

As famílias que matriculam uma criança podem apresentar uma certidão de nascimento, registros médicos ou outra prova de idade, juntamente com documentos que comprovem que residem no distrito, como um contrato de aluguel, uma conta de serviço público ou até mesmo uma declaração juramentada. As escolas não têm permissão para solicitar documentos de imigração ou condicionar a matrícula à cidadania. Os distritos são obrigados a manter a confidencialidade do status de imigração de um estudante, caso ele seja descoberto. As leis federais de privacidade restringem o compartilhamento dessas informações com agências externas, incluindo agências de imigração, a menos que haja consentimento dos pais ou uma ordem judicial assinada por um juiz.

ICE e os Locais Escolares

As escolas são consideradas "locais sensíveis" sob a política federal, e o Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE) não pode realizar operações de fiscalização de rotina dentro ou ao redor dos edifícios escolares. Se agentes se apresentarem, os administradores devem solicitar uma identificação oficial e exigir um mandado judicial antes de permitir o acesso. O conselho jurídico do distrito deve ser contatado imediatamente.

Além do Básico

A Lei de Direitos Contra o Bullying de Nova Jersey se aplica a todos os estudantes. O assédio ou a intimidação baseados no status de imigração real ou percebido devem ser abordados.

Olhando para o Futuro

Estudantes indocumentados que crescem em Nova Jersey podem se qualificar para a mensalidade de residente em faculdades públicas por meio da Lei **NJ DREAM Act**. Orientadores e administradores escolares devem garantir que os estudantes estejam cientes desses recursos.

Riscos Emergentes

Com a crescente presença de agentes da lei nas escolas, o acesso deles a filmagens e dispositivos que contêm informações pessoais, como scanners de identificação, juntamente com as limitações dos direitos dos estudantes de gravar as atividades de agentes da lei e funcionários nas escolas, os distritos devem ter um cuidado extra para garantir que essas áreas de risco sejam mitigadas e que o pessoal da segurança e outros funcionários nas escolas estejam cientes dos direitos das crianças indocumentadas e de suas famílias. Isso também torna mais importante a capacidade das famílias de acessar as reuniões da Junta de Educação (BOE) por meio de canais remotos.